



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Práxis bibliotecária e indigenista

Library and indigenous studies practice

Cecilia Morais Lira – Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) –
ceciliamlira@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo construir uma narrativa infomemorial da práxis bibliotecária desenvolvida no âmbito da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), à luz da escrevivência de Conceição Evaristo e da práxis freireana. Fundamentado metodologicamente na escrita de si e na reflexão crítica da experiência vivida, o estudo analisa a biblioteca como espaço de mediação cultural, memória e disputa epistemológica. Os resultados evidenciam a necessidade de tensionar práticas biblioteconômicas eurocentradas reconhecer os saberes indígenas como conhecimento legítimo. Conclui-se que a Biblioteconomia pode atuar como prática comprometida com o reconhecimento, a dignidade e as múltiplas formas de produzir e transmitir conhecimento.

Palavras-chave: Escrevivência. Práxis bibliotecária. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Abstract: This study aims to construct an infomemorial narrative of the library practice developed within the Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), in light of Conceição Evaristo's concept of "escrevivência" and Freirean pedagogy. Methodologically grounded in self-writing and critical reflection on lived experience, the study analyzes the library as a space for cultural mediation, memory, and epistemological contestation. The results highlight the need to challenge Eurocentric library practices and recognize indigenous knowledge as legitimate. It concludes that library science can function as a practice committed to recognition, dignity, and the multiple ways of producing and transmitting knowledge.

Keywords: Escrevivência. Library práxis. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).



1 INTRODUÇÃO

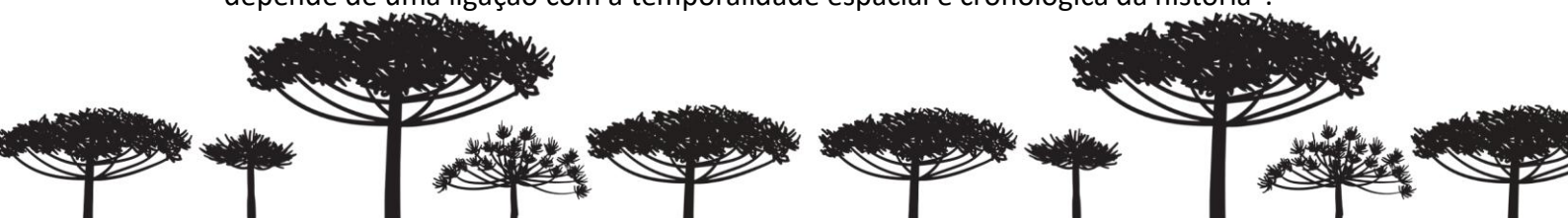
Início a jornada da escrita compartilhando do mesmo anseio e angústia da Clarice Lispector em sua crônica intitulada “como se escreve?”

Quando não estou escrevendo, eu simplesmente não sei como se escreve. E se não soasse infantil e falsa a pergunta das mais sinceras, eu escolheria um amigo escritor e lhe perguntaria: como é que se escreve? Por que, realmente, como é que se escreve? que é que se diz? e como dizer? e como é que se começa? e que é que se faz com o papel em branco nos defrontando tranquilo? Sei que a resposta, por mais que intrigue, é a única: escrevendo. Sou a pessoa que mais se surpreende de escrever. [...] Porque, fora das horas em que escrevo, não sei absolutamente escrever. Será que escrever é um ofício? Não há aprendizagem, então? O que é? Só me considerarei escritora no dia em que eu disser: sei como se escreve. (Lispector, 1999, p. 156-157)

Evoco Lispector, pois escrever a minha própria travessia enquanto servidora pública bibliotecária e especialista em indigenismo na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) é transitar pelos caminhos e fatos ocorridos na esfera individual e coletiva e que, de algum modo foi silenciado. É revisitar a minha própria prática e sobretudo semear a escrita e ressignificar minha práxis bibliotecária, pois “escrever é uma maneira de sangrar” (Evaristo, 2016, p. 95).

Nesse sentido, convido-me a escrever para o XXXI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD), tecendo elos teóricos com Paulo Freire e Conceição Evaristo. Ao me aproximar da práxis freireana e deixar a escrevivência evaristiana atravessar a minha própria escrita, reencontro caminhos que me devolvem àquilo que fui, ao que sou e ao que me torno no intermédio dessa narrativa. É nesse gesto de narrar a própria trajetória que a escrita se organiza e conduz à explicitação do objetivo deste trabalho, que consiste em construir uma narrativa infomemorial da práxis bibliotecária. Para isso, recorro à escrevivência ao revisitar minha trajetória indigenista vivenciada na Funai.

A memória que mobilizo a partir da minha escrevivência não se encerra no plano individual, mas dialoga com formulações teóricas próprias da Ciência da Informação, permitindo compreender a experiência como dimensão informacional. Assim, quando nos aproximamos da Ciência da informação, Almeida (2021, p. 120) revela que “[...] memória no campo da Ciência da Informação se preocupa em decifrar o caráter singular que é representado no ato informacional, seja de um indivíduo ou um grupo, ela não depende de uma ligação com a temporalidade espacial e cronológica da história”.



Nesse sentido, essa compreensão da memória como dimensão singular do ato informacional permite avançar para uma leitura que reconhece o sujeito não apenas como depositário de registros, mas como agente consciente de sua própria historicidade. É nesse horizonte que a reflexão freireana se torna fundamental, ao afirmar a inseparabilidade entre consciência do mundo e consciência de si, entendidas como condições para a ação crítica e transformadora na realidade social.

A consciência do mundo, que viabiliza a consciência de mim, inviabiliza a imutabilidade do mundo. A consciência do mundo e a consciência de mim me fazem um ser não apenas no mundo mas com o mundo e com os outros. Um ser capaz de intervir no mundo e não só de a ele se adaptar. É neste sentido que mulheres e homens interferem no mundo enquanto os outros animais apenas mexem nele. É por isso que não apenas temos história, mas fazemos a história, que igualmente nos faz e que nos torna, portanto, históricos. (Freire, 2000 p.40)

Para Freire (2013), a noção de práxis assume um papel fundamental em seu pensamento, sendo compreendida como o movimento indissociável entre ação e reflexão dos sujeitos sobre a realidade concreta. Nesse sentido, o autor define a práxis como a “ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 2013, p. 52), evidenciando a necessidade de investigar o próprio fazer humano, entendido como “seu atuar sobre a realidade, que é a sua práxis” (Freire, 2013, p. 136). A centralidade dessa categoria está relacionada à compreensão do ser humano como histórico e inacabado, que se constitui e se transforma na relação reflexiva com o mundo.

Nessa perspectiva, Freire (2013) compreende que é por meio da práxis que os homens e mulheres recriam a realidade, diferenciando-se de outras formas de vida. Ao contrário dos animais, que permanecem imersos no mundo, os seres humanos são capazes de dele emergir criticamente, objetivando-o e atribuindo-lhe sentido. Como afirma o autor, “os animais não ‘admiram’ o mundo. Imergem nele. Os homens, pelo contrário, como seres do fazer, ‘emergem’ dele e, objetivando-o, podem conhecê-lo e transformá-lo com seu trabalho” (Freire, 2013, p. 77). Essa capacidade de distanciamento crítico e intervenção consciente é o que caracteriza o ser humano como sujeito da práxis.

Ao compreender a práxis como movimento indissociável entre reflexão crítica e ação transformadora, reconhece-se que o conhecimento não se produz à margem da experiência, mas no interior dela. Assim, pensar a prática bibliotecária como práxis



implica assumir a própria trajetória como campo legítimo de investigação, no qual memória, experiência e reflexão se articulam. É a partir dessa compreensão que se delinea a trajetória metodológica deste trabalho, ancorada na escrevivência e no diálogo com a práxis freireana como caminhos para compreender o fazer profissional desde dentro.

2 METODOLOGIA

Ao construir a trajetória metodológica a escrevivência e a práxis freireana se encontram no chão da experiência vivida, lugar onde o fazer e o pensar não se separam. Como nos lembra Conceição Evaristo (2020, p. 35), a escrevivência nasce quando quem escreve se escreve, sem se afastar de si, permitindo que a memória, a trajetória e as marcas da vida atravessem a palavra. Em diálogo, Paulo Freire (2013) nos ensina que não há práxis verdadeira sem reflexão crítica comprometida com a transformação da realidade. É, portanto, ancorada nessas duas perspectivas que reconhecem o saber produzido na experiência e o compromisso ético-político do fazer profissional que retorno à minha práxis bibliotecária na Funai, não apenas para descrevê-la, mas para pensá-la a partir de dentro, como prática situada, atravessada por histórias, desafios e possibilidades de transformação.

A escrevivência compreende-se como uma forma de expressão situada, por meio da qual o sujeito inscreve suas marcas nos textos e nas práticas que produz, afirmando-se enquanto presença e pertencimento no mundo. Trata-se de um processo que articula o individual e o coletivo, pois o ato de escrever a partir de si não se encerra no “eu”, mas reconhece que cada trajetória é atravessada por múltiplas vozes e experiências compartilhadas. Nesse sentido, escrever implica assumir que o “si” é sempre plural, configurando uma escrita que carrega a força de muitos. Conforme destaca Evaristo (2020), a escrevivência não se limita a uma escrita contemplativa, mas constitui-se como uma prática atenta à observação e à apreensão da vida, pela qual o sujeito se auto-inscreve na realidade, sem perder de vista que a palavra escrita ultrapassa a autoria individual e se constrói no encontro com o outro.

Tanto a escrevivência quanto a práxis freireana ancoram-se na experiência vivida como fundamento para a reflexão crítica. Portanto, sustentada por essas duas



perspectivas teóricas, retorno-me à análise reflexiva da minha própria práxis bibliotecária, compreendendo-a como um campo de produção de conhecimento situado, ético e comprometido com a transformação social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim como Annie Ernaux (2022, p. 32) no livro o acontecimento “Ter vivido uma coisa, qualquer que seja, dá o direito imprescritível de escrevê-la, não existe verdade inferior” portanto, ao me inserir no cotidiano institucional enquanto bibliotecária e indigenista na biblioteca Curt Nimuendajú, passei a atuar diretamente com organização de acervo especializado, fui responsável pela elaboração da minuta da Política de desenvolvimento de coleções, bem como iniciei os estudos que resultou na escola do SophiA Biblioteca como software para gestão. Nesse contexto fui atravessada por um incômodo que não se apresentava de forma imediata ou simples, percebi que não entrava apenas em um espaço físico, mas em uma trama de silêncios, ordenações e gestos herdados. Entre as estantes que se deslocam sob os trilhos deslizantes, algo me deslocava também: a biblioteca Curt Nimuendajú se afirmava neutra e apática, enquanto ocultava histórias que ali não encontram voz. Aos poucos, fui compreendendo que ali se materializa uma racionalidade que, historicamente, produziu os povos indígenas como alteridade, como aquilo que deve ser descrito pelo outro, organizado pelo outro, guardado segundo lógicas que não nasceram de seus mundos.

O então etnocentrismo parece ser a principal barreira a ser rompida para que a biblioteca Curt Nimuendajú possa apresentar iniciativas viáveis aos povos indígenas, uma vez que não levam em conta as especificidades culturais dos povos. A bibliotecária Alejandra Aguilar ressalta a importância das bibliotecas para a divulgação da cultura indígena “Apesar das bibliotecas serem criações ocidentais, seriam também locais de sabedoria e autodeterminação, de enriquecimento da comunidade incluindo conhecimento para e sobre a cultura indígena” (Aguilar, 2009, p. 182).

Desse modo, no cotidiano da minha práxis, os instrumentos técnicos da Biblioteconomia passaram a ser compreendidos não como meras metodologias, mas como dispositivos que produzem ordenamentos, visibilidades e exclusões. Eles dizem o que pode ser nomeado, o que pode ser visto, o que permanece à margem aquilo que



aprendi como técnica universal mostra-se situado, eurocentrado, muitas vezes incapaz de acolher modos indígenas de conhecer, transmitir e viver o saber, que não se organizam pela escrita, pela linearidade ou pela separação rígida entre saber e vida.

É a partir desse deslocamento que escrevo, como escrevivência, fazendo da reflexão um gesto que nasce da experiência e retorna a ela. Inspirada pela práxis freireana, compreendo que pensar minha atuação é também agir sobre ela, interrogando continuamente o lugar que ocupo enquanto agente do Estado. Pergunto-me, então, se a biblioteca está condenada a reproduzir sua herança colonial ou se pode ser tensionada, traduzida, ressignificada no diálogo com os povos originários. Nesse movimento, a biblioteca deixa de ser um dado e passa a ser um campo em disputa, um espaço onde a escuta, o encontro e a crítica abrem frestas para outras formas de organizar, preservar e compartilhar saberes.

Em meio às múltiplas possibilidades que o espaço da biblioteca pode oferecer, fui tomada por uma inquietação persistente: como explicar que, mesmo se tratando de uma biblioteca de referência na temática indigenista, as produções autorais indígenas permanecessem ausentes ou pouco visíveis no acervo? Percorrendo as estantes, buscava reconhecer vozes indígenas nos livros ali organizados, mas o que se apresentava era, majoritariamente, um conjunto de obras produzidas sobre os povos indígenas, e não a partir deles. Esse deslocamento provocou uma transformação na minha forma de compreender a práxis bibliotecária: não se tratava de projetar soluções futuristas ou de inovar a partir de modelos externos, mas de reconhecer uma ausência estrutural e assumir o compromisso de abrir espaço para as produções bibliográficas dos próprios povos indígenas, afirmando-as como conhecimento legítimo e indispensável à construção de uma biblioteca ética, dialógica e socialmente comprometida.

A invisibilidade das produções autorais indígenas no acervo revelou-se como expressão de apagamentos históricos que atravessam a práxis bibliotecária. Esse cenário dialoga com o livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, escrito por Ailton Krenak (2019), que nos convida a refletir sobre a necessidade de ampliar nossas formas de escuta e de reconhecer outras existências para além dos referenciais hegemônicos. Em um contexto marcado pela crise do Antropoceno, o autor tensiona a centralidade do humano como medida de todas as coisas, propondo uma abertura para diferentes modos de aprender e de se relacionar com o mundo. Trata-se de um deslocamento que



nos convoca a repensar os limites do conhecimento institucionalizado, reconhecendo que saberes também se constituem na relação com a natureza, com outros corpos e com múltiplas formas de vida.

Ao refletir criticamente sobre essa ausência, tornou-se evidente que reconhecer essas produções implica-se em deslocar o olhar técnico para outros modos de narrar e preservar o conhecimento. A Graça Graúna, filha do Povo Potiguara, em seu livro *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*, afirma:

A literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas) ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas suas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto história de seus autores e autoras e na recepção de um público leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones (Graúna, 2013, p. 15).

Nesse sentido, a biblioteca Curt Nimuendajú, demanda pensar seus acervos bibliográficos, reconhecendo-as como culturas ancestrais, é urgente, esta minoria de leitores que a Graça Graúna se refere, felizmente está em expansão. Civallero (2007) afirma que a preservação e a recuperação da informação indígena, de modo que não permaneça dispersa, é essencial para a salvaguarda da memória desses povos. No entanto, no âmbito da Biblioteca Curt Nimuendajú, essa potencialidade não vem sendo plenamente explorada ao longo de quase 40 anos de existência. Logo, considerando que a Funai é a instituição legalmente responsável pela proteção do patrimônio cultural indígena, cabe-lhe, nesse papel, oferecer apoio institucional, técnico e político a iniciativas voltadas à organização, preservação e difusão qualificada desse acervo.

Nesse ínterim, um dos momentos mais significativos, vivenciados na Biblioteca Curt Nimuendajú ocorreu quando recebi a visita de uma servidora da Diretoria de Direitos Humanos e Políticas Sociais (DPHS), que solicitou a possibilidade de apresentar o espaço a três crianças sob acompanhamento institucional. No decorrer dessa experiência, descobriu-se que as crianças pertenciam à etnia Tupinambá, embora não tivessem mantido, até então, um contato direto e com sua própria ancestralidade. Diante dessa demanda inédita no cotidiano da biblioteca, fui inicialmente tomada pela inquietação que acompanha o encontro com o novo; contudo, optei por mobilizar a mediação informacional como prática sensível e formativa. Selecionei obras de literatura infantil com temática indígena, como “Théo, o passarinho, e o voo de



Aturyb” de Kamuu Dan Wapichana (Filho do sol) e Wyn Dan Wapichana (Filho da chuva), "O Menino e a Flauta: Mito dos Índios Nambiquara" escrito e ilustrado por Ciça Fittipaldi, como também “A viagem de São Tomé à terra dos Tupinambás” de Luiz Galdino. Apresentei os diferentes setores da biblioteca e, em um gesto simbólico, retirei da parede um arco e flecha pertencente ao acervo expositivo, estabelecendo um diálogo concreto com aquelas narrativas e objetos. As crianças demonstraram encantamento com os quadros, revistas e materiais apresentados

Algo que me chamou profundamente a atenção durante todo o encontro foi o fato de que, a cada instante, as crianças tocavam as pulseiras que haviam recebido de presente. Esses adornos, mais do que objetos estéticos, carregam sentidos culturais densos: podem revelar a etnia do artesão que os produziu, narrar mitos e histórias de seu povo ou, ainda, funcionar como símbolos de proteção espiritual para quem os utiliza.

Em determinado momento, os meninos questionaram se os povos indígenas iriam atacá-los. Foi possível perceber, então, uma excitação marcada por curiosidade e receio, reveladora de imaginários ainda atravessados por estereótipos historicamente construídos. Respondi prontamente que não, afirmando que os povos indígenas são seus parentes, buscando instaurar, por meio do diálogo, uma pedagogia do acolhimento e da humanização.

Esse episódio revelou-se como um exercício de escrivência, ao articular memória, experiência e prática biblioteconômica comprometida com a desconstrução de estereótipos e com a promoção de uma consciência intercultural e humanizadora, reforçando a biblioteca como espaço de mediação cultural, memória viva e construção de consciência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ao concluir, este trabalho exigiu enfrentar a escrita como exercício de exposição e responsabilidade ética, pois revisitar a própria práxis implica reconhecer limites, contradições e escolhas feitas. Nesse sentido, escrever foi menos um gesto de fechamento e mais um movimento de travessia, no qual pensar criticamente tornou-se



inseparável de questionar o lugar que ocupo, as práticas que reproduzo e aquelas que podem ser transformadas.

Ao longo deste trabalho, busquei construir uma narrativa infomemorial da minha práxis enquanto bibliotecária e especialista em indigenismo na Funai, sustentada no diálogo entre a práxis freireana e a escrevivência de Conceição Evaristo. Essa opção teórica-metodológica permitiu compreender a escrita como ação reflexiva situada, capaz de desafiar silenciamentos históricos e evidenciar que a prática biblioteconômica não é neutra, mas atravessada por disputas de memória, poder e reconhecimento.

Pensar criticamente a minha própria práxis bibliotecária, especialmente em um contexto indigenista, implica também refletir sobre o projeto de sociedade que se constrói a partir das escolhas profissionais. As experiências vividas evidenciaram que os instrumentos técnicos da Biblioteconomia, quando aplicados como universais e neutros, podem reproduzir invisibilizações e hierarquias epistêmicas; contudo, quando atravessados pela escuta, pelo diálogo e pelo compromisso com os povos indígenas, podem ser ressignificados como dispositivos de mediação cultural e justiça informacional. Nesse sentido, a escrita não se encerra como conclusão definitiva, mas como convite à continuidade da reflexão e da ação, reafirmando a Biblioteconomia como um fazer político comprometido com o reconhecimento, a dignidade e as múltiplas formas de produzir e transmitir conhecimento.

Assim, este texto não se encerra como ponto final, mas como travessia. A escrevivência aqui exercida é convite à continuidade da reflexão, à investigação de outras práticas possíveis e ao fortalecimento de uma Biblioteconomia que se reconheça situada, crítica e comprometida com os povos originários. Aos companheiros e companheiras da biblioteconomia, bem como aos companheiros e companheiras indigenistas, fica o reconhecimento de que resistir também é escrever, organizar, cuidar e insistir na vida onde tentaram impor o apagamento.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Alejandra. O indigenismo na era da informação. **Ponto de Acesso**, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81654>. Acesso em: 08 abr. 2026.



ALMEIDA, Carla Maria de. **Entre o cachimbo e a fumaça**: um estudo das memórias na cultura material da Jurema no Terreiro de Umbanda Ogum Beira Mar. 361 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba -UFPB. João Pessoa, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22389> Acesso em: 17 mar. 2026.

CIVALLERO, Edgardo. **Bibliotecas indígenas**: Revisión bibliográfica y estado actual de la cuestión a nivel internacional. Córdoba: Wayrachaki Editora, 2007.

ERNAUX, Annie. **O acontecimento**. São Paulo: Fósforo, 2022. *E-book* (ePUB).

EVARISTO, Conceição. A escrituragem e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrituragem e escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação E Arte Ltda, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2013. 200 p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 480 p.

